

Paulo César Busato
Andressa Paula de Andrade
Alexey Choi Caruncho
(Organizadores)

29 DE ABRIL

**REFLEXÕES SOBRE AS MANIFESTAÇÕES NO CENTRO
CÍVICO DE CURITIBA-PR**



Modernas Tendências
do
Sistema Criminal

ISBN

978-85-913814-3-2

Título

29 de abril de 2015: reflexões sobre as manifestações no Centro
Cívico de Curitiba/PR

Edição

1

Ano Edição

2016

Tipo de Suporte

E-book - PDF

Páginas

87

Participações

Editor

Leandro Ayres França

Organizador

Paulo César Busato

Organizadora

Andressa Paula de Andrade

Organizador

Alexey Choi Caruncho

Diagramação

Victor Silva Busato

Capa

Natalia Paula de Andrade

AS ATROCIDADES DAS PESSOAS COMUNS

Por Leandro Ayres França¹

When I am king, you will be first against the wall.

1. Toda a perfumaria propagandeada pela Prefeitura de Curitiba – que alçou a capital do estado a um modelo de cidade civilizada (presumivelmente cercada por uma barbárie tropical), limpa (de uma assepsia que se traduz numa cultura excludente) e de estilo europeu (possível síndrome do colonizado) – não foi suficiente para atribuir a mesma ilusão à execução da segurança pública. Quando se trata das atividades das forças de segurança na Capital, é bastante evidente que a Polícia Militar do Paraná possui um histórico de subordinação pretoriana às elites políticas do Estado, de parca qualificação funcional e de truculência contra a população. Sempre houve algo de podre na “República de Curitiba”; isso não é novidade – e, para sermos honestos, tampouco diverge do cenário nacional.

Sob certa e já conhecida perspectiva, uma possível explicação da violência policial manifesta no dia 29 de abril provém da constatação de que uma instituição militar de controle e repressão, historicamente voltada às suas atividades por meio de conflitos bélicos internos, concede espaço a abusos de seus agentes. Nos recentes anos, no Brasil, policiais foram responsáveis por uma morte a cada três horas, o que resulta numa média de três mil pessoas mortas por ano, em decorrência de direta intervenção policial (a razão entre mortes de civis e mortes de policiais militares durante o serviço é de mais de 20 x 1, desequilíbrio que exclui o argumento de igual vulnerabilidade em confrontos armados e evidencia um uso excessivo da força letal pelos agentes estatais). Somente no Estado do Paraná, as mortes causadas por policiais militares em serviço quase alcançam duas centenas de pessoas anualmente.²

Ainda assim, há uma expectativa compartilhada nos círculos acadêmicos de que boa parte dos policiais que atuaram na operação de 29 de abril não quiseram machucar aquelas pessoas que protestavam. Porque existe uma aversão cultural à

1 Leandro Ayres França é pesquisador, professor, escritor e tradutor. Doutorando e Mestre em Ciências Criminais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor de Direito Penal da Universidade Estácio - FARGS, campus Porto Alegre. Coordenador do Grupo de Estudos em Criminologias Contemporâneas e pesquisador do Grupo de Pesquisa Modernas Tendências do Sistema Criminal. Já (de)morou em Curitiba; atualmente, reside em Porto Alegre (talvez, por isso, não tenha sido ferido ou ferido alguém no dia 29 de abril de 2015). – O autor agradece as revisões e os comentários de Clara Masiero, Guilherme Dornelles e Rodrigo Cavagnari.

2 Dados do **Anuário Brasileiro de Segurança Pública** 2015. Os valores são subestimados porque alguns estados deixam de apresentar informações, omitem-nas ou as corrigem, após a compilação de relatórios, elevando os números

agressão explícita. Porque, em especial, essa aversão se intensifica quando ela se relaciona à possibilidade de atingir pessoas das quais emana um tipo de imunidade derivada do respeito que tradicionalmente se atribui a certos ofícios; em palavras claras: não se machuca um professor. A própria ideia de vê-los agredidos nos parece hedionda. (E que quadro trágico imaginarmos a possibilidade de um dos professores ter sido ferido por um policial que, anos antes, foi aluno seu, numa moderna versão do encontro desafortunado de Laio e Édipo!) De fato, se perguntássemos, reservada e individualmente, a cada um dos 1682 policiais militares que participaram da Operação Centro Cívico se eles, no exercício de suas funções, desejaram lesionar os professores que se manifestavam, é bem provável que uma boa parte deles – reconhecendo ser impossível mensurar o número exato dessas respostas – responda que isso não fora prévia e intencionalmente planejado. O juiz que analisou o caso na esfera militar reconheceu isso: “seria desarrazoado acreditar que qualquer policial militar tenha assumido a escala de serviço com o propósito deliberado e nefasto de ofender a integridade física de professores”. E, como fundamento à sua decisão de determinar o arquivamento do inquérito policial militar, justificou: “Nenhum militar estadual empregado na operação era voluntário, portanto, estavam no local em cumprimento do dever (...) não caberia aos policiais militares escalados em serviço transigir ou negociar acerca das ordens recebidas”. Sim, eles apenas cumpriam ordens.

2. Talvez, num futuro qualquer, a sociedade passe a prestar mais atenção aos estudos sobre a fenomenologia do cumprimento de ordens. E talvez, para compreender como isso gerou tanta violência, estudiosos decidam reconstituir uma genealogia que nos envolva. Diante dessa eventualidade, devemos ter vergonha. Uma vez que na estrita obediência não há espaço nem tempo para complexidades subjetivas, seremos vistos, em retrospectiva, como broncos de pensamento, bestas rasas ou autômatos, tal como imaginamos os homens dos tempos antigos ou os soldados, armados ou não, que empreenderam cruzadas, ergueram muros e produziram mortos.

O que aqui se propõe, portanto, não é dizer algo sobre o dia 29 de abril de 2015, mas analisar o que esse evento tem a dizer sobre a sociedade e os indivíduos contemporâneos. Uma primeira – e urgente – questão se impõe: O que o cumprimento de ordens por centenas de policias pode nos dizer sobre o mundo que compartilhamos? O acontecido pode ser interpretado como um desvio do padrão. Mas, além disso, sugiro que o evento não foi uma antítese do modelo de controle social que implementamos e aceitamos. O conflito deflagrado no Centro Cívico foi a expressão de uma potencialidade, de uma virtualidade – o que ainda não havia se revelado das muitas realidades latentes.

3. O evento expõe que um dos aspectos sombrios da modernidade foi a produção social do comportamento desumano por meio de mecanismos, tão evidentes e ainda assim invisíveis, que produzem a indiferença moral e, por consequência, a violência. Bauman (*Modernidade e Holocausto*) explicou como algumas condições, isoladas ou em conjunto, corroem inibições morais contra atrocidades. Uma das características

da sociedade moderna, por exemplo, são as grandes distâncias entre intenções e realizações práticas, com o espaço entre esses momentos preenchido por uma mediação da ação, caracterizada pela infinidade de atos insignificantes e atores inconsequentes – o que é muito evidente na estrutura burocrática, na divisão funcional do trabalho e na cadeia hierárquica de comando. O aumento da distância física e/ou psíquica entre o ato e suas consequências anula todo conflito entre o padrão pessoal da decência moral e a imoralidade das consequências sociais do ato. Produz-se, socialmente, a invisibilidade moral. E o efeito dessa distância é ainda mais aumentado pela natureza coletiva da ação prejudicial. Assim, o que é *intermediário* esconde da vista dos atores os resultados da ação – e, no reverso, dificulta a imputação desses resultados aos atores. Eventual preocupação sobre o que sentem os agentes é suplantada pela análise da eficiência com que executam as ordens que lhe são impostas; substitui-se, assim, a responsabilidade moral pela responsabilidade técnica, sendo esta caracterizada pelo esquecimento de que a ação é um meio para se alcançar algo para além dela mesma – o ato burocrático se torna um fim em si mesmo. E o desenvolvimento de uma situação de contínua transferência de responsabilidade culmina na *responsabilidade flutuante*, que Bauman definiu como a própria condição dos atos imorais ou ilegítimos que têm lugar com a participação obediente ou mesmo voluntária de pessoas normalmente incapazes de romper as regras da moralidade convencional. Resultado disso são a *violência autorizada* pela autoridade e pelas práticas governadas por normas, a *desumanização dos objetos burocráticos* (por isso, não pode haver responsabilização – porque ela gera nomes, porque ela individualiza) e *das vítimas da violência* (por meio de definições e doutrinações ideológicas), e uma *tecnologia de segregação e separação*.

4. Essa percepção de uma violência sistêmica do mundo moderno, que possibilita que pessoas comuns cometam atrocidades, não fica restrita ao campo teórico. Alguns casos clássicos expuseram isso claramente, como a impressão causada pelo julgamento de Adolf Eichmann em Hannah Arendt – que, ao ver naquele réu um simples burocrata, um serviçal incapaz de refletir sobre seus atos, em vez de um monstro nazista, desenvolveu sua ideia sobre a banalidade do mal – e o argumento utilizado pelas defesas dos sentinelas do Muro de Berlim perante os tribunais alemães – de que os assassinatos de fugitivos que tentavam atravessar de um regime a outro foram permitidos ou justificados pelo ornamento jurídico da República Democrática da Alemanha à época.

E essa percepção também tem sido confirmada por experimentos. Na década de 1960, Stanley Milgram realizou uma série de experimentos sobre a obediência a figuras autoritárias. Neles, os sujeitos da pesquisa eram ordenados por uma figura com autoridade científica a testar aprendizes, separados em outra sala. A orientação dada era de que, a cada resposta errada, o sujeito da pesquisa tinha de aplicar um choque ao aprendiz; à sequência de respostas erradas, os choques cresciam em intensidade. Em caso de recusa em dar o choque, quando se chegava a níveis altos de choques e

ao ponto em que o sujeito que os aplicava ouvia gritos de dor vindos da outra sala – ou não recebia mais qualquer resposta, pressupondo um desmaio –, um pesquisador presente na sala – um ator que representava a autoridade – estimulava o sujeito, reforçando-lhe a necessidade de prosseguir com o experimento. (O que o sujeito não sabia é que o aprendiz era também um ator, incentivado a dar respostas equivocadas, e que as reações aos choques provinham de áudios gravados.) O experimento constatou o compromisso de indivíduos em ir a níveis extremos em razão do comando de uma autoridade. Milgram propôs, então, a hipótese de que a crueldade não é cometida por pessoas cruéis, mas por indivíduos comuns tentando desempenhar bem suas tarefas ordinárias: a crueldade decorre primariamente da relação de autoridade e subordinação, típicas das nossas estruturas normais de poder e obediência, e apenas secundariamente ela se relaciona às características individuais de quem a comete.

O experimento de aprisionamento de Stanford, conduzido por Philip Zimbardo na década seguinte, também evidenciou que a orgia de crueldade executada pelos “guardas” – a quem fora conferido poder total, exclusivo e imoderado sobre os “prisioneiros” – resultou de um vicioso arranjo social e não de vícios próprios e “adormecidos” dos participantes. Em vez de justificar a perda da inibição para comportamentos lesivos em razão da figura de uma autoridade individual, como o fizera Milgram, Zimbardo avaliou a influência de uma instituição no comportamento das pessoas. Suas conclusões sobre como pessoas comuns podem cometer atrocidades também foram aplicadas ao caso de crimes (homicídio, tortura, estupro e outros abusos) cometidos por militares americanos contra prisioneiros na prisão de Abu Ghraib (Iraque), em 2003. Atuando como assistente técnico de um dos militares acusados, Zimbardo contestou os argumentos disposicionais (*maças podres*) e situacionais (*cesto podre*); para ele, as violências promovidas pelos soldados na prisão derivavam do *sistema* em que esses soldados estavam inseridos e para o qual não estavam preparados.

5. O episódio de violência ocorrido em 29 de abril tem sido erroneamente tratado como uma *ex-ceção* ou um *ex-cesso*. A preposição latina nos engana: ela pretende *ex-cluir*, levar para fora da normalidade, quando, em realidade, fomos apanhados pelo acontecimento tal como ele é e sempre foi. (E não por um mau funcionamento, como o imaginário maquinal poderia sugerir.) O poder dramático do evento sequer foi capaz de abalar o paradigma dominante; porque aquela violência foi somente uma expressão própria do modelo de controle instituído, porque ela não se encerrou naquela tarde – *a violência acontece*.

E acontece de forma muito mais enraizada – por isso, invisível – e capilarizada – por isso, imperceptível – do que os relatos podem nos informar. Não nos limitemos à violência física, à qual associamos o confronto físico, a agressão e a destruição. Tampouco à violência simbólica, dos discursos e performances. Esses são apenas os níveis mais visíveis das suas possíveis manifestações. Além dessas, há uma violência fundamental e sistêmica, que se manifesta no próprio funcionamento de nosso sistema

político e econômico, tal como na estrutura de repressão burocratizada, praticamente anônima. Esta violência primária *acontece, seduz e nos asfixia submersos*. Uma violência disseminada e latente que nos *atrocida*. Diante disso, o Nada afirmaria: “faço questão de lhes fazer, após este fogo de artifício, uma advertência gratuita: estamos nisso – e, cada vez mais, vamos estar nisso” (*Estado de Sítio*, de Camus).

Uma fenomenologia da obediência às regras é capaz de explicar como pessoas comuns podem executar atos horrendos; desde como policiais agredem manifestantes; até como comandos militares levam jovens a matarem jovens na terrível arte da guerra; como estruturas burocráticas e argumentos científicos levam profissionais a colocar pessoas em situações miseráveis – nos campos de concentração, nas salas de tortura, nas prisões –; como, combinando o desligamento da distância, a assepsia da virtualidade, a sutileza da burocracia e a fineza da tecnologia, algumas pessoas aniquilam outras fazendo uso de drones. Acatamento, docilidade, submissão, subordinação excluem a responsabilidade individual e produzem burocratas, criam criminosos uniformizados, justificam crimes, desculpam carrascos e pelotões de execução. Não excepcionam, não excedem; apenas revelam e potencializam a violência.

6. E o que isso pode dizer sobre nós? No início da década de 1940, sob o bombardeio de uma *Blitz* da Luftwaffe, George Orwell assim iniciou um ensaio (*England Your England*): “Enquanto escrevo, seres humanos altamente civilizados estão sobrevoando, tentando me matar. Eles não sentem qualquer inimizade contra mim como um indivíduo, nem eu contra eles. Eles estão ‘apenas cumprindo seu dever’, como se costuma dizer. A maioria deles, não tenho dúvida, são homens de bom coração, obedientes à lei, que nunca sonhariam em cometer assassinato na vida privada. Por outro lado, se um deles tem êxito em me explodir em pedaços com uma bomba bem colocada, ele nunca perderá o sono por isso. Ele está servindo seu país, o qual tem o poder de absolvê-lo do mal”.

Das muitas realidades latentes da nossa sociedade contemporânea, um potencial acontecimento é que nós podemos ser agredidos por policiais, criminalizados por nossos comportamentos, submetidos a tortura ou prisão, mortos numa guerra. Outra potencial realidade é que nós podemos efetuar os disparos, lançar as bombas, acreditar na burocracia da violência, trabalhar nela e com ela, justificar os abusos, excluir responsabilidades, criminalizar os outros, torturar, prender e assassinar. Percebo – e como é doído perceber isso! – que este outro – o administrador algoz, o policial obediente, o magistrado conivente – poderia ser eu.

7. Pra não dizer que não falei das flores... Nas provocações feitas em sala de aula e em espaços de crítica como este, tenho procurado demonstrar que é preciso superar a modernidade. Para tanto, impõe-se um novo indivíduo, um novo exercício de comportamento, construído por uma fórmula de ensino que realize a *reflexão*, a *resistência* e a *responsabilidade*.

É preciso primeiro colocar as ações humanas em questão. O sujeito que deseja vencer seu papel meramente instrumental deve se propor a refletir sobre a estrutura no

qual está inserido e sobre os dispositivos em atividade. Por isso, devemos incentivar e exercitar o questionamento. Há situações em que a única coisa realmente prática a fazer é resistir à tentação da ação imediata, para esperar e ver por meio de uma análise crítica e paciente. Diz-nos Žižek (*Violência*): Precisamos estudar, estudar e estudar. Para tanto, fundamental que se conserve uma distância com relação a tudo isso. Porque um rio não pode refletir sobre si mesmo (sua natureza, sua origem, seu fluxo, seu deságue), é necessário um afastamento, um deslocamento de perspectiva; um rio se contempla às suas margens.

Em seguida, é preciso resistir. A resistência se manifesta de muitas formas. A resistência pode ser individualista (Henry Thoreau) ou empregada em movimentos sociais (Gandhi, Luther King). Pode ser passiva (escrivão Bartleby) ou tática e performática (black blocs). Pode ser um paradigma (Antígona) ou espontaneamente casual (a recusa dos negros em ceder aos brancos seus assentos nos ônibus; a recusa das empregadas doméstica em usar apenas o elevador de serviço; a exigência das mulheres em serem tratadas com respeito nas ruas e nos transportes coletivos, rejeitando o assédio como preço a pagar por sua mobilidade; a recusa de 17 policiais em participar do cerco aos professores que se manifestavam no dia 29 de abril). Com tantas e incontáveis possibilidades de interromper as dinâmicas de violência, a resistência merece ser reinterpretada – de um recurso desesperado a um novo modelo de conduta.

Por fim, é preciso promover a responsabilidade existencial. Uma responsabilidade que nada tem a ver com a expectativa de reciprocidade ou recompensa, com o cálculo de benefícios mútuos, com uma obrigação contratual, nem com a submissão a um código moral ou legal. Mas, sim a responsabilidade como modo de existência: “Torno-me responsável ao me constituir como sujeito” (Bauman).

A violência manifesta no dia 29 de abril de 2015 foi socialmente permitida e tecnicamente justificada; foi uma amostra das atrocidades cotidianas; foi cometida por pessoas comuns que cumpriam ordens. Diante desse cenário, buscamos a saída de emergência: superar a modernidade...Uma tal revolução se escreve com três erres.